

2.

Ser mãe

Mãe: palavra doce para a maior parte de nós, cidadãos do mundo contemporâneo. À sua simples menção, vem-nos à mente todo um conjunto de atributos que, segundo cremos e nos tem sido ensinado, estão sempre associados à maternidade, pela própria natureza das coisas. No imaginário social, mãe é sempre figura ímpar, e de extrema importância no desenvolvimento dos seus filhos e na sua formação como pessoa humana.

Mãe é, em geral, vista e descrita como um “ideal de amor e afeição” (p.79), criatura “perfeita, dotada de generosidade, bondade, tolerância, doçura, entrega e devoção” (p.79), como confirmou a pesquisa desenvolvida por Falcke (2002), sobre a representação social de mães e madrastas.

Vista como portadora de um amor incondicional e de uma dedicação absoluta, capaz de fazer qualquer coisa por amor aos filhos, de abdicar de todos os seus sonhos, desejos e fantasias e de, ainda por cima, extrair o gozo mais sublime dos sacrifícios mais supremos. Um ser de paciência e doçura, que tem para com os filhos um zelo e uma afeição que nada no mundo pode abalar. Por tudo isto, nos diz a voz popular: “Mãe só tem uma.”

Pela enorme importância que a mãe e a relação com ela adquiriram em nossa sociedade, foram muitos os poetas, escritores, estudiosos das mais diversas áreas do saber (tais como história, sociologia, psicologia, antropologia, etc...), que se debruçaram sobre essa personagem, primeiro objeto de amor de todos nós, tentando melhor compreender e explicar os efeitos e a importância da relação que com ela estabelecemos desde os primórdios de nossa existência.

Literatura, música, artes em geral são excelentes modos de expressão do sentimento e pensamento de um povo. Analisar a produção artística, portanto, é uma ótima forma de estudar a representação social dessa personagem.

Talvez ninguém tenha conseguido descrever tão bem essa imagem de MÃE que temos, em nossa civilização, quanto Jara (1998), autor de um poema lindíssimo, que diz:

“Uma simples mulher existe que, pela imensidão de seu amor, tem um pouco de Deus; e pela constância de sua dedicação, tem muito de anjo;

Sendo moça, pensa como uma anciã e, sendo velha, age com as forças todas da juventude;

Quando ignorante, melhor que qualquer sábio desvenda os segredos da vida e, quando sábia, assume a simplicidade das crianças;

Pobre, sabe enriquecer-se com a felicidade dos que ama, e, rica, empobrecer-se para que seu coração não sangre ferido pelos ingratos;

Forte, estremece ao choro de uma criancinha, e, fraca, entretanto, se alteia com a bravura dos leões;

Viva, não lhe sabemos dar valor porque à sua sombra todas as dores se apagam, e, morta tudo o que somos e tudo o que temos daríamos para vê-la de novo, e dela receber um aperto de seus braços, uma palavra de seus lábios. (...)” (p. 42-43)

Andrade (1998) também foi o autor do belíssimo poema, onde as características maternas são exaltadas:

“Mãe não tem limite, é tempo sem hora,
Luz que não se apaga quando sopra o vento
E a chuva desaba,
Veludo escondido na pele enrugada,
Água pura, ar puro, puro pensamento (...)” (p. 311)

Um derradeiro exemplo, tirado da nossa literatura, é o poema de Ghiaroni (1998). Ei-lo aqui:

“(...) Porque a sina das mães é esta sina:
Amar... cuidar... criar... depois perder. (...)
O filho é pobre, mas a mãe é rica;
O filho é homem, mas a mãe é santa.
Santa que eu fiz envelhecer sofrendo
Mas que me olha agradecendo
Toda a dor que por mim te foi causada.” (p. 238-240)

Em estudos mais atualizados sobre o que é ser mãe, Falcke (2002) faz um inventário sobre o que é ser mãe no imaginário social. Entre outros aspectos, ela ressalta que a imagem que a sociedade atual tem de mãe é a de um ideal de amor e afeição, dotada de devoção e grande generosidade para com os filhos.

Muitas pessoas consideram a maternidade uma consequência lógica, natural e quase que inquestionável da feminilidade, a principal função social da mulher. Qual menina nunca sonhou com o dia em que seria mãe? Acreditam essas pessoas que mulheres normais têm um desejo e um dom nato para o exercício da

maternidade, tornando-se, com o simples nascimento de seu filho, quando não antes disso, aquela criatura abnegada e feita só de amor e ternura, pronta a tudo sacrificar por ele, inclusive sua própria vida, e a pôr a felicidade dele sempre antes da sua própria.

O amor materno seria, assim, de acordo com o mito popular, algo quase maquinal, predeterminado, universal e necessário, que atuaria sempre que uma mulher gerasse um novo ser e o botasse no mundo, pois seria diretamente decorrente do fenômeno da gestação, consistindo em uma pulsão irresistível para viver pelo e para o filho, inerente às mulheres e partilhado por todas elas, um atributo da feminilidade. As mães personificariam um ideal de bondade, coragem e doçura. A natureza, sempre sábia, dotaria com esse instinto as mães, visando a garantir a sobrevivência da espécie humana, tão dependente, frágil e vulnerável em seus primeiros anos de vida.

É ainda a mãe vista em sociedade como a principal responsável pelos cuidados com os filhos, e por seu bem-estar físico e emocional. Nela tendem a colocar a culpa por qualquer problema ou dificuldade, e por tudo que sai de errado na história pessoal de seus filhos, segundo a pesquisa realizada por Falcke (2002).

Seja em estudos mais antigos ou naqueles mais recentes, a mãe é sempre reconhecida como alguém que desempenha função fundamental junto a seus filhos, ajudando-os a se constituírem como sujeitos, a desenvolverem sua percepção espaço-temporal, sua autopercepção e a dos que estão à sua volta; colaborando assim para que desenvolva sua capacidade de se relacionar com o mundo e no mundo. Com o desempenho adequado de suas funções, a boa mãe permite ao filho que integre e fortaleça o próprio ego, ganhando autonomia e tornando-se sujeito de sua própria história.

Já quando é outra pessoa, que não a mãe biológica da criança, quem assume as tais “funções da maternidade”, (como as “madrastas” por exemplo, que têm elas próprias uma imagem tão castigadas no imaginário social), essa representação social de “mãe” exerce, na maior parte das vezes, uma enorme pressão, e se torna um grande tormento... Alguém munida de uma perfeição idealizada a qual nunca se atingirá, por mais que se esforce e se dedique a uma criança...

Muitas pessoas acreditam que sem o amor instintivo próprio da mãe biológica, raramente se desenvolverá, aliás, um afeto ou uma ternura maior na

substituta da mãe, em relação àquela criança, que será sempre para ela como um “fardo”, trazido pelas contingências da vida, ao qual tem a obrigação de carregar (Falcke, 2002). Por tudo isto, a mãe biológica do imaginário social é alguém insubstituível, uma rival inalcançável, contra a qual ninguém tem armas suficientes para lutar. Só o “instinto materno” é um guia infalível para a educação de uma criança.

Em verdade, basta olharmos em volta, para os casos concretos que habitam o mundo real, para percebermos que esta imagem nem sempre corresponde à realidade vivenciada, havendo uma profunda defasagem em relação ao ideal. O bebê nem sempre está sendo esperado por uma mulher emocionada, pronta para tudo sacrificar pelo bem-estar dele.

Segundo relatório da Abrapia (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência), entre janeiro e outubro de 1997, 819 crianças foram vítimas de agressão no Rio de Janeiro. Em 47% dos casos, foi a mãe a agressora. (Rito, 1998, p.132-133)

Mesmo nos casos em que alguma coisa do ideal se encontra no real, certamente isto nunca acontece inteiramente, mesmo porque é extremamente difícil desempenhar papel tão imaculado diante das dificuldades e das agruras do dia-a-dia, e, caso isto ocorresse, deixaria de ser “ideal”, tornando-se “real”.

Entretanto, é verdade que, sendo essa a imagem que se tem a respeito do que é ser mãe, quando uma mulher vivencia a experiência da maternidade, tende a tentar seguir “o roteiro”, cumprindo todas as funções que lhe foram ditas como pertencentes à mãe, e cobrando a si mesma sentir todo aquele amor que se acredita próprio desse ser que é a mãe, fingindo senti-lo e agindo como se o sentisse, mesmo quando isso não acontece. Há intensa autocobrança a esse respeito, até porque a mulher que se atreve a fugir do modelo de dedicação e sacrifício, paga um alto preço por isto.

Mulheres, segundo se crê, não foram feitas para serem “frutos secos”. Afirma-se que a natureza feminina clama para o regular exercício da função biológica da procriação. Assim, qualquer mulher que, por vontade própria, decide não cumprir seu “destino biológico”, é imediatamente censurada por seu egoísmo, narcisismo e falta de maturidade. As mulheres sentem-se, portanto, impelidas a se tornarem mães, mesmo quando não o desejam realmente. O “desejo da maternidade” surge, assim, apenas como resposta às coerções sociais. Essas

mulheres se esforçam para imitar e seguir todos os passos da “boa mãe”, mesmo não encontrando nisso nenhuma satisfação.

Casos desviantes do estereótipo surgem: mulheres que optam por não terem filhos; as que se tornam mães ruins, indiferentes, que não amam aqueles que trouxeram à luz ou não se dispõem a se sacrificar por eles; e, pior ainda, mães que agredem, maltratam e violentam os próprios filhos a quem deviam proteger. Essas mães são tidas como anormalidades doentias, exceções patológicas, verdadeiras aberrações monstruosas, que se devem ao vício, egoísmo, insensibilidade ou desajuste de certas mulheres corrompidas ou amorais, as ditas “mães desnaturadas”, no sentido de que se portam em desacordo com a norma da natureza, desafiando esse instinto natural existente em todas as fêmeas que se tornam mães.

Longe de confirmar a representação que as mães possuem junto ao imaginário social, Badinter (1985) traça um histórico da maternidade, questionando a existência não do amor materno, mas desse mito de um amor incondicional, abnegado e absoluto, fruto de um instinto invencível, encontrado indistintamente em todas as mulheres normais que se tornam mães. Para isso, ela retoma a trajetória das relações desenvolvidas entre mães e filhos na Europa, desde o século XVII até o século XIX, mostrando-nos sob que circunstâncias foi esse mito construído e divulgado, a tal ponto que é hoje considerado uma verdade incontestável por muitos de nós.

No século XVII, o farol ideológico da sociedade européia iluminava apenas o Homem-Pai-Marido-Senhor, a quem todo poder era dado, e todos deviam ser-lhe submissos e dóceis. Numa sociedade que valorizava desta forma o homem, o colocando no centro de tudo, as mulheres eram vistas apenas como seu complemento. Seres naturalmente fracos e passivos, criadas e educadas com a finalidade exclusiva de agradar o homem. Sendo assim, era natural que a mulher priorizasse os interesses desse homem, mesmo em detrimento dos das crianças, seus filhos. A vida social, ao lado do marido, não podia ser abalada.

Crianças eram consideradas insignificantes – quando não como um verdadeiro transtorno, pelos cuidados e atenções que requeriam e o custo e a fadiga que representavam – e não despertavam qualquer interesse, mesmo nas mulheres, que estavam longe de ser, naquela época, o que nos acostumamos a chamar de “boa mãe”. Mas também não era isso que se esperava delas.

Badinter (1985) constata, em sua pesquisa, que, não apenas na sociedade europeia dos séculos XVI e XVII, mas em toda a História e em todas as nações, quanto mais um povo se torna civilizado, rico e culto, mais as mães renunciam às funções maternas, abandonando os filhos a outros que os criam e alimentam.

Na Europa da época enfocada, para aqueles melhor posicionados social e economicamente, a criança representava um estorvo, um inconveniente, um empecilho aos interesses pessoais, um entrave à liberdade, que não estavam nem um pouco dispostos a sacrificar. Seu tempo era muito melhor empregado, segundo pensavam, quando dedicado exclusivamente a si mesmos, fazendo qualquer coisa diferente do que algo que qualquer outra pessoa poderia fazer em seu lugar, em troca de um pouco de dinheiro, como tomar conta dos filhos.

Cuidar de crianças, perder tempo com elas e dar-lhes demonstrações de afeto não eram consideradas práticas elegantes. Nem ao menos divertidas. Sacrificar seus desejos pessoais para fazer isto pessoalmente era algo impensável para aquelas mulheres que pertenciam à melhor sociedade. Para as famílias pobres, a chegada do filho era, além de tudo, muitas vezes, uma ameaça à própria sobrevivência do casal. Um fardo divino, que os surpreendia com muito mais frequência do que desejavam, uma vez que desconheciam na época quaisquer métodos anticoncepcionais.

Talvez daí decorra a forma como os bebês eram tratados. Abandono, físico ou moral, indiferença, e, como veremos, uma espécie de “infanticídio disfarçado” eram, portanto, normais àquela época. Não havia as precauções mais elementares. As crianças eram abandonadas à própria sorte, para passarem por uma seleção natural, que limitaria o número de filhos no seio da família.

“O mínimo que se pode dizer é que a mãe não fazia grande coisa para resistir à natureza, ou seja, no caso, para ajudar o bebê a lutar contra os imprevistos. Somos mesmo tentados a ver, nessa não interferência indolente, uma espécie de substituto inconsciente do nosso aborto” (Badinter, 1985, p. 137).

O caminho natural era confiar os filhos, desde muito cedo, apenas alguns dias ou horas após terem vindo ao mundo, a amas-de-leite, que os criavam até muito após o desmame, geralmente até que eles já estivessem com quatro ou cinco anos completos. Algumas das famílias mais afortunadas (embora nem todas elas agissem assim) escolhiam as amas com antecedência e as mantinham em casa,

durante toda a primeira infância do menor. A maior parte das crianças européias do século XVI/XVII, entretanto, eram separadas de seus pais, mal haviam nascido, e levadas para longe, para a casa da ama-de-leite. Enquanto os pais comemoravam o nascimento, recebendo em sua casa aqueles que queriam cumprimentar a família feliz, o bebê recém-nascido saía da cidade, muitas vezes sem certidão de batismo nem nada escrito, de modo que, caso algo acontecesse com a ama (desaparecimento ou morte), não haveria sequer meio de a família recuperá-lo.

Os bebês eram transportados em carroças mal cobertas, onde eram amontoados, tantos quantos lá coubessem. A ama seguia a carroça a pé, por falta de espaço. E eles seguiam viagem, expostos ao frio, ao calor, ao vento, ao sol e à chuva, mamando apenas o leite produzido pelo cansaço e pelo jejum da ama. Não eram raros os casos em que, sem que a ama percebesse, um bebê caía da viatura e morria esmagado pela roda, ou simplesmente desaparecia.

Na casa da ama, o bebê era, usualmente, mal alimentado e criado em meio à sujeira e completa falta das condições mais básicas de higiene. Para evitar que ele fosse comido ou ferido por animais, enquanto a ama estava ocupada, trabalhando, e não podia vigiá-lo, o bebê era comumente enfaixado, de modo que seus braços e pernas ficavam imobilizados, e pendurado, durante horas a fio, na parede, por um prego. Descreve-nos assim, Badinter (1985):

“Os resultados desse empacotamento eram os piores. A ligadura circular pressiona as pregas cortantes contra a pele do bebê, e, quando ele é despido, seu pequeno corpo está todo marcado, vermelho e ferido. Os panos dobrados entre as coxas têm o mesmo inconveniente, e impedem que a urina e os excrementos se afastem do corpo. Daí a formação de irritações e escrófulas. (...) A bandagem pressionava as costelas para dentro e perturbava os pulmões e, portanto, a respiração. Isso provocava tosses ou vômitos, pois a digestão fazia-se mal. A maior parte do tempo, a criança assim amarrada chora a perder o fôlego, e tem convulsões.” (p. 125-126)

Uma vez entregue a criança à ama, os pais se desinteressavam de sua sorte. Não havia empenho em se manterem informados sobre a saúde de seus filhos. Numa atitude que hoje seria classificada como egoísta e negligente, eles não costumavam visitá-la, nem procuravam saber notícias dela, que usualmente voltava da casa da ama estropiada, malformada, raquítica, gravemente enferma ou mesmo agonizante.

Com tudo isto, era altíssimo o índice de mortalidade infantil. Uma, em cada quatro crianças, não conseguia completar o primeiro ano de vida. A morte de crianças, entretanto, era vista como algo natural e banal, facilmente reparável com o nascimento de outra criança. Demonstrações de pesar e sofrimento pela perda de um filho ainda criança eram consideradas ridículas e inconvenientes. Muitos pais não iam sequer ao enterro. Seria isto uma couraça sentimental para evitar o sofrimento por perdas tão corriqueiras àquela época? Ou essas perdas só se davam porque havia tão grande desinteresse pelas crianças, por parte dos pais?

Apesar de as estatísticas mostrarem que, entre as crianças conservadas e amamentadas pela própria mãe, a mortalidade era duas vezes menor, a sociedade européia continuou a se recusar a sacrificar seus próprios interesses à vida das crianças, e manteve por muito tempo esse “infanticídio disfarçado”, segundo a visão de Badinter (1985), que era a entrega de bebês a amas-de-leite, tão logo tivessem nascido. Os registros mostram que muitas famílias, tendo perdido 2 ou 3 filhos aos cuidados da mesma ama, continuavam a mandar-lhe os filhos, tão logo nascessem. Tais condutas, de aparente indiferença, desinteresse e egoísmo, muito afastam aquelas mulheres da idéia de amor materno instintivo em que hoje tanto se acredita.

Aqueles que sobreviviam e retornavam vivos à casa dos pais, muitas vezes para só então conhecê-los, tinham sua educação confiada a uma governanta, caso fossem meninas; e a um preceptor, caso fossem meninos. Eram essas pessoas mais ligadas às crianças do que os próprios pais.

Com a mãe, as crianças mantinham relações raras e distantes, que se limitavam a breves visitas de conveniência, diárias, aos seus aposentos, quando eram examinadas e tinham a ocasião de beijar a mão da “grande dama”. Beijar somente a mão, para não lhe estragar o ruço. A mãe era, nesse tempo, uma autoridade de quem os filhos tinham medo de se aproximar.

Ao completar determinada idade, a criança era novamente afastada da casa de seus pais. Antes do século XVII, segundo Ariés (1981), famílias vizinhas trocavam as crianças entre si, assim que elas completavam 6 ou 7 anos, encarregando-se reciprocamente da educação dos filhos uns dos outros, que mantinham em sua casa como um misto de servidores domésticos (criados ou secretários) e aprendizes, e a quem buscavam transmitir os conhecimentos, as experiências e os valores que possuíam. Esta era a forma como se aprendia na

época não apenas a boa educação, mas também os segredos dos ofícios. Os adultos preferiam que os vizinhos ensinassem aos seus filhos aquilo que eles próprios poderiam ensinar, se o quisessem. Era mais fácil ser bom patrão / boa patroa do que bom pai / boa mãe.

As crianças aprendiam tudo com a prática e esses serviços que prestavam não eram vistos como degradantes, muito pelo contrário. Nessa época, a escola praticamente inexistia. Eram freqüentadas, em caráter excepcional, pelos clérigos. Mas mesmos esses eram entregues a um padre ou cônego a quem também deveriam servir, o que quer dizer que também eles aprendiam pela prática da aprendizagem.

A partir do séc. XVII, a escola e o convento substituíram a casa vizinha. Nos conventos, as moças esperavam a idade de arranjar um marido, ao abrigo de toda tentação à sua virtude. Completando essa idade e retornando para sua casa, eram para os pais verdadeiras estranhas, e eles só tinham uma obsessão, em relação a elas: casá-las, para assim livrarem-se delas, definitivamente. Caso o marido não aparecesse, ela voltava ao convento, desta vez para vestir o hábito. Outro meio moralmente honroso de se livrar da própria filha.

Os meninos eram enviados a colégios, que as famílias souberam pressionar para que adotassem o sistema de internato, desinteressados que estavam de assumir pessoalmente as funções parentais.

O fato de a criança ser, desde muito cedo, apartada de sua família, a qual só voltava, quando voltava, já adulta, impedia a existência de um sentimento muito profundo entre pais e filhos, na Europa dos séculos XVI, XVII e metade do XVIII.

Segundo Costa (1999), também no Brasil, ao tempo colonial, inexistia uma aproximação maior, um convívio mais íntimo entre pais e filhos, assim como o sentimento de privacidade familiar. Eram os negros escravos que se encarregavam dos cuidados com a intimidade física e emocional das crianças da casa.

Somente a partir de 1760, na Europa, segundo Badinter (1985), e somente após a chegada da família real no Brasil, no final do século XIX, segundo Costa (1999), é que o sentido de intimidade familiar começou a ser concebido, e o convívio exclusivo entre pais e filhos valorizado. Só a partir de então é que esse “instinto materno”, esse “amor absoluto e incondicional”, “inerente a todas as mães”, começou a ser engendrado.

Na Europa, já no final do século XVIII, com o surgimento de uma nova ciência, a Demografia, mudou a visão a respeito das crianças. Perceberam que faziam um mal cálculo, avaliando as crianças apenas pelo momento presente, e deixando de considerar a utilidade que poderiam ter algum dia, no futuro... sua utilidade potencial. Os filhos seriam a garantia de sustento dos pais durante o período improdutivo de sua velhice. Além desse aspecto privado, os europeus passaram a encarar as pessoas humanas como uma provisão preciosa, a riqueza maior do Estado, e a produção de seres humanos passou a ser mais importante que a formação de súditos fiéis e dóceis à Sua Majestade.

A procriação foi incentivada e a consagração à vida religiosa, que tem como uma de suas premissas o voto de castidade, foi desestimulada, assim como a emigração. Toda perda humana passou a ser encarada como um drama, um dano irreparável, tendo em vista que cada ser era, em si mesmo, insubstituível. Buscou-se estimular pesquisas e projetos que visassem à redução da mortalidade em geral, e da infantil, mais especificamente, pois, morrendo cedo, a criança não chegava sequer a produzir o necessário para compensar os gastos que ela gerara, quanto mais para transformar essas despesas em lucro e riqueza.

Também aqui no Brasil, com a chegada da família real à Colônia, o domínio das regras da civilização europeia tornou-se uma marca de classe, um emblema de diferenciação social, o que trouxe a necessidade de fazer com que a família toda – inclusive as crianças – chegasse a dominar esses hábitos, e fez aumentar, por consequência, o interesse dos pais pelos filhos.

A relação com as crianças se modificou, elas ganharam muito em importância e passaram a ser objeto de proteção e cuidados da família, tornando-se ponto central de preocupação da família, que acredita ser importante tudo sacrificar para cuidar de sua saúde e educação. Grande parte da energia da família passou a ser consumida na promoção do bem-estar de suas crianças. Pais, ciosos, começaram a valorizar sentimentos que os filhos tinham, valorizar suas virtudes, registrar as mínimas imperfeições.

A concentração da energia retirada de tantos outros vínculos da família colonial extensiva, não mais existentes, nos relacionamentos entre os membros da família estrita, atendeu também interesses de ordem pública, devido ao pensamento da época, segundo o qual o crescimento e progresso do Estado tinham relação direta com o aperfeiçoamento físico e moral dos indivíduos, integrantes da

nação. A família se tornou a grande responsável por este desenvolvimento e recebeu o título de célula *mater* da sociedade.

Tanto em um caso como no outro, Europa do século XVIII ou Brasil do século XIX, aos poucos, o foco ideológico foi deixando a figura do pai, até então autoridade absoluta, e passou a iluminar a mãe. Os cuidados e o carinho maternos se mostraram bastante vantajosos para a sociedade e para o Estado, tendo em vista que eram fatores insubstituíveis para a sobrevivência e o conforto do bebê, que então apareciam como imperativos morais.

A amamentação com o leite materno, por si só, já reduzia em muito a mortalidade infantil, como visto, e os cuidados dados diretamente pela mãe pareciam resultar em um indivíduo mais forte, robusto e melhor desenvolvido. Passaram, por isto, a ser muito valorizados, tornando-se preciso convencer as mulheres a assumir essas tarefas, amamentando e cuidando pessoalmente dos filhos, a fim de assegurar sua sobrevivência.

Isso não foi nada simples, pois eram sacrifícios que se estavam pretendendo. Muitos argumentos foram necessários para fazer as mulheres assumirem suas “funções instintivas”. Foi preciso seduzi-las com promessas de felicidade, amor, respeito e até igualdade em relação aos homens.

Produziu-se assim todo um discurso de dignificação da maternidade, visando convencer as mulheres... Disseram para elas que o trabalho que lhes estava sendo designado era nobre e de extrema importância. Mais que necessário: indispensável. Que era algo especificamente feminino, perfeitamente adequado à sua natureza, sua verdadeira razão de ser, sua vocação natural, de tal forma que, ainda que o homem desejasse, não poderia jamais fazê-lo da forma como deveria ser feito. Elas não tinham vindo ao mundo senão para serem mães.

Disseram mais: que este trabalho ia lhes trazer carinho dos filhos; apego mais sólido, fiel, doce e constante do marido; respeito, estima e consideração de todo o grupo social; e, ainda por cima, dar-lhes direito à cidadania. Isto tudo, além de ser a atividade mais doce e invejável que uma mulher podia almejar, a fonte de todo o prazer e de toda a felicidade humana. Não havia dever mais delicioso, ocupação mais agradável do que esta, de zelar pelos filhos.

Mas a batalha foi bem mais longa para convencê-las a fazer maiores sacrifícios em favor deles, para que seus filhos vivessem – e vivessem melhor. - ao seu lado, tornando-se elas, assim, as mães admiráveis que interessavam à

sociedade e ao Estado que fossem. Foram necessários mais de cem anos para combater o egoísmo e a indiferença materna. (Ainda hoje, no século XXI, a mãe má continua a ser duramente criticada.) Foi preciso apelar para o seu senso de dever, culpá-las, e até ameaçá-las.

As teorias de Rousseau e o discurso psicanalítico serviram como uma luva, ajudando a transfigurar a responsabilidade materna em culpa materna.

Segundo Rousseau (2004), além de serem as mães as grandes responsáveis pela sobrevivência e pela saúde futura dos filhos, assim como por toda a sua educação, seriam elas as culpadas também pelo seu destino, por se tornarem homens de bem ou párias sociais, grandes homens ou criminosos. Em última análise, seriam elas responsáveis pela força e pela grandeza política da civilização. Pelo peso dessa responsabilidade, era dever de toda mãe ocupar-se pessoalmente de tudo que dissesse respeito a seus filhos.

Essa ocupação começava já desde cedo, com a amamentação. Afinal, para que Deus e a natureza lhe deram mamas? Por que de suas mamas sai um alimento que convém tão admiravelmente às necessidades do bebê? Porque é dela (e, perceba-se, somente dela... o homem não poderia fazê-lo, mesmo que o desejasse muito.) essa função essencial, de nutrir os próprios filhos. Isto seria uma “lei divina” ou “natural”, que não faria nenhum bem desobedecer. As que se atreviam a descumprir esta determinação da natureza e se furtavam a este dever, podiam ser punidas por esta imoralidade, castigadas no próprio corpo, com um número infindo de todas as espécies de doenças e enfermidades.

Desta forma, mesmo antes de o bebê nascer, desde que se sabiam grávidas, as mães deviam ter todos os cuidados necessários para que se produzisse um leite da melhor qualidade: desde melhorar a alimentação que ingeria, até evitar sentimentos como a cólera, o medo e a tristeza, que podiam azedá-lo. O mau humor era proibido para ela. E, uma vez que seu filho tivesse nascido, a mãe o deveria amamentar pessoalmente, até quando os primeiros dentes surgissem.

Para contrabalançar as queixas sobre o estrago que a gravidez e o ato de amamentar deixava em seus corpos e o mau aspecto com que os seios das lactantes ficavam, passaram a elogiar a beleza da mulher gestante e da que amamentava, valorizando os atrativos trazidos pela maternidade, tais como a maior proporção dos seios, o frescor de sua pele, sua aparência saudável. E a ressaltar o prazer “quase sexual” extraído nessa atividade.

Com todo esse incentivo, as mães começam, aos poucos, a se interessar pelos filhos e a fazer questão de amamentá-los elas mesmas, em sua própria casa, transformando-os em objetos privilegiados de sua atenção. A amamentação, o “dar de mamar”, faz com que a mulher adquira o hábito de manter contatos regulares com os filhos, o que contribui muito para desenvolver a ternura materna.

Mas a missão da mãe não se esgota na amamentação. O devotamento da mãe aos filhos devia ser total, sem limites, um sacerdócio sem pressa, ao qual todas as horas dos seus dias e de suas noites deveriam ser integralmente dedicados. Ela deve cuidar de sua saúde, de sua instrução, de sua educação religiosa e da transmissão dos valores morais. Deve saber emancipar a criança, ensinando-lhe, gradualmente, a autonomia. E seus filhos não devem ter segredos para ela, com quem devem ter toda a intimidade. Além de genitora e nutridora, a mãe deve ser educadora, instrutora, conselheira e confidente. A grande inspiradora de todas as virtudes.

Influenciadas por todo esse discurso, e agora já cientes dos malefícios trazidos pelo enfaixamento dos bebês, as mães aceitam sacrificar a própria liberdade em favor de uma maior liberdade dos filhos, e abandonam esse costume, que lhes deixava livres para fazer as tarefas do seu dia-a-dia, dedicando ainda mais de seu tempo e de sua vida aos filhos, o que, segundo Rousseau (2004), só as faz sentir mais felizes.

Os internatos passam, assim, a ser preteridos, em relação aos externatos. Longas separações passam a parecer insuportáveis às mulheres, que acabaram identificando os filhos como o que dava sentido às suas vidas. O maior dos crimes da mulher já era, desde então, a negligência materna, interpretada sempre como falta de amor aos filhos. Quando, por alguma razão, não podiam assumir o encargo, sentiam-se estas mulheres terrivelmente culpadas. Como, aliás, acontece até hoje.

Não se estimulava, na época, que a mulher tivesse um emprego fora de casa. Muito ao contrário, a entrega da criança a babás ou amas mercenárias, e suas mudanças periódicas, que as crianças suportavam mal, representavam um risco psicológico real, variável segundo a capacidade de adaptação e a fragilidade de cada criança. O novo tipo de relação materno-filial exigia a presença efetiva da mulher-mãe no lar, fazendo com que abandonasse a “vida mundana”, e sacrificasse não apenas a carreira, mas também dez, quinze anos de sua vida para

bem educar os filhos, garantindo-lhes a felicidade e o equilíbrio psico-afetivo, através de sua presença no lar.

“Ser mãe é uma função que a gente tem, da qual não descansa nunca, não se aposenta. Os filhos são sempre um alvo de preocupação e de sobressaltos. Quando eles são pequenos, dão mais trabalho; depois, dão mais preocupação.”
(Ana, *apud* Rito, 1998, p.296)

Tudo isso se mostra bastante vantajoso para o homem, que pode, desta forma, melhor controlá-la.

Com a retirada da faixa, e com o costume de dar banhos cotidianos nos bebês, tornou-se possível a brincadeira e a troca de carícias entre mães e filhos, surgindo carinhos, beijos e sorrisos nesta relação, aumentando proximidade e intimidade entre mãe e filho.

Entre os psicanalistas, também foram muitos os que se dedicaram ao estudo dessas funções, ditas maternas, chegando a interessantes conclusões sobre o quanto essa díade estabelecida entre a mãe e o filho influencia no desenvolvimento desse novo ser, e desenvolvendo todo um discurso que muito colaborou na construção da mãe que hoje conhecemos.

Embora nunca tenha escrito especificamente sobre o tema, ao tentar traçar o desenvolvimento psico-sexual da mulher, que ele denomina, em certo momento de sua obra, de “continente negro”, Freud (1996c) dá bastante destaque ao que chama de inveja do pênis, que, segundo ele, surge em todas as meninas quando se percebem “castradas”, isto é, quando percebem que falta nelas algo que os meninos possuem, o que as faz sentir inferiores, deficientes, em desvantagem. É isto que permite que elas desfaçam a ligação simbiótica com sua mãe, que também passam a desvalorizar quando a percebem não fálica, e voltar seu amor para um outro objeto: o pai.

Segundo Freud (1996b,c), o fato de a menina ter que, necessariamente, aceitar e lidar com a falta do pênis é que faz com que ela desenvolva uma permissividade e uma passividade que caracterizarão todo o gênero feminino. E o desejo inconsciente de ter um pênis transfigura-se, com o tempo, no desejo de ter um filho.

Deutsch (1987), seguindo os passos de Freud e buscando dar continuidade aos seus estudos, tentou diferenciar a natureza feminina da masculina, e chamou a

atenção para três das características constitucionais femininas que lhe pareceram mais marcantes: a passividade, o masoquismo e o narcisismo.

Para esta autora, a menina se mostra sempre menos agressiva, obstinada e mais fraca, dócil, dependente e ávida de ternura que o menino, tendo mais necessidade de ajuda e menos chances de se lançar à atividade sem correr riscos. Comparou ela, como Freud (1996c) já havia feito, o feminino ao óvulo imóvel e passivo, e o masculino, ao espermatozóide, móvel e ativo, fazendo analogias também com o comportamento adotado por ambos os sexos durante o ato sexual e com a forma como, nos dois, se demonstra a excitação sexual. O masculino estaria sempre marcado pela ação, sendo a passividade algo bem específico do feminino.

Segunda característica essencial feminina, o masoquismo seria resultado da repressão às suas pulsões de agressividade, que a mulher tenderia a dirigir ao interior, ao próprio ego (introjetar), ao contrário do homem, que tende a projetá-las no mundo externo. A mulher seria, assim, talhada para o sofrimento, conseguindo extrair prazer da dor. Essa tendência masoquista feminina é que a ajudaria a superar os principais acontecimentos de sua vida, todos sempre tendo sofrimento e dor envolvidos: menstruação, ato sexual, parto, e, finalmente, todas as atribuições maternas e a imensurável aptidão da mãe para o sacrifício de si.

Finalmente, compensando sua inferioridade por não possuir um falo, e contrabalançando sua tendência masoquista, a mulher seria imensamente narcisista, tal qual os bebês, que tomam o próprio ego por objeto de sua libido. Isto explicaria sua enorme necessidade de ser amada. Também explicaria porque, com a maternidade e a conseqüente aquisição do falo tão ardorosamente desejado, agora metamorfoseado no bebê, ela tenha esse narcisismo diminuído pelo alívio de sua sensação de inferioridade interior, e passe a direcionar para o filho, substituto do ego, toda a sua capacidade de amar. Sendo assim, o amor materno só pode se desenvolver às expensas do amor de si da mulher.

Klein (1982) também construiu toda uma teoria psicanalítica baseada nas observações que fez a respeito da relação mãe-bebê. Em sua teoria do desenvolvimento humano, ela dá grande destaque aos mecanismos de “projeção” e “introjeção” que a criança faz com seu primeiro objeto de amor e às “fantasias” e “sentimentos antagônicos” que se apresentam, conforme aquele objeto (que inicialmente se reduz, no imaginário da criança, ao seio materno) satisfaça ou não os seus desejos mais imediatos.

Para o corpo da mãe, segundo essa autora, o bebê volta todo o seu amor e toda a sua destrutividade, descarregando ali frustrações, ansiedades, angústias. Dele vem o “seio bom” que tira sua fome e desperta o seu amor... Dele também vem o “seio mau”, que demora a dar-lhe o alimento de que precisa, despertando-lhe a raiva e a conseqüente vontade de morder, arrancar, destruir. É também por causa dele que a criança vive seu primeiro grande sentimento de culpa, no instante em que percebe que ambos são, em realidade, um só e mesmo seio, que o seio que ama é o mesmo que fantasia destruir, e que os dois lados constituem uma mesma pessoa, sua mãe.

Klein (1982) era, assim, grande defensora do aleitamento materno, questionando o bom desenvolvimento das crianças não amamentadas no seio. Segundo essa autora, nessas crianças sempre se encontrará, mesmo se analisadas em sua fase adulta, um desejo profundo do seio, que nunca foi satisfeito. O desenvolvimento das crianças, portanto, seria sempre diferente e melhor, quando essas tivessem sido beneficiadas pelo aleitamento materno. E, aquelas que apresentavam problemas, apesar de terem sido adequadamente amamentadas na infância, estariam certamente muito piores, caso não o tivessem sido.

Winnicott foi outro autor que se preocupou em estudar as funções e a importância que a mãe possui no desenvolvimento do sujeito. Numa época em que o prestígio da psicanálise estava em seu apogeu, ele, assim como outros psicanalistas, ganhou bastante notoriedade orientando as mães, em um programa de uma estação de rádio (BBC), na melhor forma de maternarem seus filhos, de maneira a promoverem um desenvolvimento mais qualificado das crianças. Cada detalhe da maternagem era objeto de recomendações e conselhos do especialista, o que faz-nos questionar ainda uma vez mais a idéia da existência de um “instinto materno”, guia infalível de todas as mães. (Badinter, 1985)

Assim como Rousseau (2004) e Klein (1982), Winnicott (1999, 2001) também defendia o aleitamento ao seio materno, primeira prova de amor da mãe pelo filho, e função indispensável a uma boa mãe. A insistência desses autores nesse ponto eram palavras cruéis para numerosas mulheres que, não podendo se dedicar tão inteiramente aos filhos, porque tinham que voltar a trabalhar, por necessidade econômica, e mais sensíveis às pressões dos discursos ideológicos, experimentavam grande sentimento de culpa, por não se reconhecerem no retrato da boa mãe.

Winnicott (1982) indicou, em sua obra, três funções maternas principais: a de “apresentação do objeto”, a de “holding” e a de “handling”. Mães que cumprissem devidamente tais funções seriam o que ele chamou de “mães suficientemente boas”, contrastando com o que chamava de “mães insuficientemente boas”.

Segundo Winnicott (1982), a função materna de “apresentação do objeto” é cumprida pela “mãe suficientemente boa”, quando esta está “sintonizada” e adequada às necessidades da criança, respeitando seu ritmo interno.

Assim, quando a criança, por exemplo, tem fome, começa a imaginar algo, não muito bem definido ainda para ela, que venha suprir essa sua carência. Se sua mãe apresenta-lhe o seio ou a mamadeira neste mesmo momento, isto dá à criança uma “sensação de onipotência”, como se fosse o seu desejo, simplesmente, que tivesse criado aquele seio ou aquela mamadeira. Essa “ilusão de onipotência” é muito importante, porque a protege da imensa angústia que viveria caso se percebesse tão dependente do meio externo, sem controle nenhum do que está à sua volta. Isto permite que ela mantenha sua “angústia persecutória” em um nível suportável.

Por isto, Winnicott (1982) defendia que o aleitamento de bebês deveria ser feito sempre que a criança o desejasse, no momento em que ela sentisse necessidade, devendo, portanto, a mãe, ficar à disposição para o atendimento dessas suas necessidades, nos seus primeiros tempos de vida.

A função materna do “holding” inicialmente era vista como o mero suporte físico que a mãe dá ao bebê, quando o pega no colo, por exemplo. Posteriormente, entretanto, essa noção foi ampliada, passando a abranger também o suporte psíquico e a criação de hábitos e rotinas, que permitem ao bebê ir aos poucos se situando no tempo e no espaço.

A função do “handling”, por sua vez, seria alcançada pelo manuseio do filho pela mãe, no momento em que dispensa cuidados a ele. Esse manuseio do corpo do bebê mostra-se fundamental para que ele comece a estabelecer relação entre corpo e mente, dimensionando sua parte física e apropriando-se dela.

Winnicott (1982) defende, em sua obra, a enorme importância que essas funções têm no desenvolvimento do sujeito, afirmando que uma pessoa que não tenha tido, em sua infância, principalmente durante a etapa que ele nomeia fase de “dependência absoluta” (até os seis meses de idade) uma mãe que tenha

desempenhado adequadamente as funções maternas acima citadas, será um adulto com um ego muito fragilizado e pouco integrado.

Um outro papel que caberia à mãe, segundo Winnicott (1982), é o de servir como intermediária entre a criança e o pai, dependendo inteiramente dela que este venha e exercer uma boa paternidade, conhecendo o filho e desenvolvendo com ele uma relação mais ou menos próxima.

Bion (2004) é outro autor da psicanálise que vai se dedicar imensamente ao estudo das funções maternas. Percebeu ele a enorme importância que tinham as mães ao auxiliarem os filhos a lidar com suas angústias, medos, ansiedades, e toda a espécie de sentimentos surgidos quando encontravam o que quer que para eles fosse difícil de compreender, e até de nomear.

Pensando nessa função materna, que ele chamou de “função continente”, e que consiste exatamente nessa capacidade da mãe de acolher, conter, decodificar, nomear e devolver de forma adequada, inseguranças, incertezas e demais sentimentos geradores de angústia dos filhos, Bion (2004) repartiu as mães em três grupos diferentes.

No primeiro deles, o das “mães não-continentes”, estavam aquelas mães ausentes, seja essa ausência física ou não, decorrente apenas de impossibilidade emocional materna. A mãe não-continente simplesmente não acolhe angústias e ansiedades do filho, não ajuda a nomeá-las, elaborá-las. Ocupa-se dele só quando pode, ou quando lhe apraz, e não segundo as necessidades reais da criança. Bion dizia ser esta uma mãe egoísta, preguiçosa, descuidada, negligente com suas funções, que bota o prazer acima de seus deveres maternos. O sentimento do filho permanece não acolhido, não nomeado, podendo adquirir proporções imensuráveis (o que Bion chama de “terror sem nome”). É o filho quem tem que, sozinho, elaborá-lo. Isto afetarà diretamente a formação do seu ego, gerando diversos males.

Algumas mães dedicadas, mas que precisavam trabalhar devido às contingências da vida, e ficavam, por isto, impossibilitadas de estarem todo o tempo com a atenção voltada para o filho e para as suas necessidades, identificavam-se com esta descrição de Bion, e a culpa invadia seus corações, deixando suas consciências pesadas de angústia e dor.

Num segundo grupo, estariam as mães que desejam ser continentas, e até acolhem as angústias e ansiedades do filho, mas simplesmente não conseguem

elaborar os conteúdos e devolvê-los de forma sadia e equilibrada. Acabam, assim, restituindo ao filho suas angústias e ansiedades, somadas às delas próprias. É o tipo de mãe que vê um simples arranhão ou um ferimento superficial na perna de seu filho e reage como se fosse necessário amputá-la, exacerbando a angústia do próprio filho, que chega a acreditar que algo terrível está prestes a lhe acontecer.

Finalmente, no terceiro grupo, Bion (2004) situa a “mãe continente”, que consegue conter, reter, elaborar e devolver os conteúdos vindos do filho na sua devida proporção, esvaziando-o de suas angústias, medos, ansiedades. É o que este autor chama de “relação continente-conteúdo positiva”. Assim, para ele, a condição primordial para uma boa maternagem seria uma boa capacidade de adaptação da mulher às necessidades do filho, e uma hipersensibilidade materna para captar essas necessidades, o melhor possível. Durante a primeira infância, as condições de saúde física e psíquica do filho seriam todas estabelecidas, sendo a mãe a grande responsável por elas.

Para os psicanalistas em geral, para haver uma maternagem realmente satisfatória, era preciso ainda que a mãe realmente extraísse prazer de todas as suas atividades. Por isto, destacavam, por exemplo, a enorme sensação de prazer, físico e espiritual, que dava à mulher o ato de amamentar.

Todo esse discurso, que foi moldando e produzindo a mãe que conhecemos hoje, engendrou uma culpabilização crescente de todas as mães e um sentimento de culpa difuso por qualquer dificuldade maior que a criança enfrentasse. Teria a mãe se dedicado o bastante ao filho, com prazer em todos os momentos? Teria ela sido suficientemente boa? Qualquer enfermidade ou infelicidade do filho era prontamente apontada como obra e responsabilidade da mãe, sempre aconselhada a se submeter a tratamento analítico, simultaneamente com o filho. Na origem de um filho com problemas, haveria sempre uma mãe infeliz, insatisfeita, dominadora, sufocante ou indiferente... uma mãe má.

Pior que isto: a mãe má estaria, em última análise, na raiz de todos os males e problemas sociais. Neste sentido, mostra-se contundente o texto de Henfil (1998):

“Ora, tem certas coisas acontecendo no Brasil que é culpa das mães, sabia? (...) Escuta aqui: por que os empresários, latifundiários e banqueiros são tão egoístas e não repartem seus imensos lucros com os trabalhadores? Quem foi que não educou eles no repartir o bolo com os irmãos? Quem? As mães deles!

Ouve: caso as mães dos economistas do governo tivessem dado segurança pra eles, eles não iam ter que ficar por aí mentindo e falsificando os cálculos do custo de vida, iam? (...) E chega de falar das mães da minoria. Chegou a hora de falar das mães da maioria dos filhos brasileiros. (...) Fizeram dos seus filhos um povo tão servil que tem gente que prefere o cheiro de cavalo ao cheiro deste povo.” (p. 46-48)

Apesar de tudo isso, a maternidade vem preencher um imenso espaço na vida feminina. Através dela, a mulher torna-se uma figura central, o eixo da família, a “rainha do lar”, “responsável pela casa, seus bens e suas almas”. Com este novo status, adquire o direito de dar, muitas vezes, a última palavra, naquilo que diz respeito a seus filhos.

Com o tempo, torna-se a única responsável por tudo o que diz respeito ao filho, assumindo sozinha os encargos com a sua educação. Esquece-se de si mesma, e muitas vezes do marido, fazendo dos filhos sua vida. E deseja tornar-se o mundo para os filhos, tudo o que eles necessitem para serem felizes. Formam uma unidade tão estreita, tão simbiótica, que sobra pouco espaço para um marido – e mesmo para um pai.

A imagem da mãe é cada vez mais mistificada. Comparada à Virgem Maria, ela se torna um ser que nasceu para sofrer pelos filhos, capaz de carregar todas as dores do mundo. A felicidade de seus filhos é, segundo se acredita, o bastante para ela, a condição única da sua própria felicidade.

“Ser mãe é desdobrar, fibra por fibra, o coração (...)
É ser anseio, ser temeridade, é ser receio. (...)
É ser força que os males equilibra (...)
Todo o bem que a mãe goza é o bem do filho (...)
Ser mãe é andar chorando num sorriso (...)
Ser mãe é padecer no paraíso” (Neto, 1998, p. 40)

E, finalmente, elevada acima da condição humana, ela adquire um novo título: o de “santa”. Como vemos na música de Faissal & Macedo (1995): “Oh, minha Mãe, Minha santa mãezinha (...) És o tesouro que eu tenho na vida...”. Ou na poesia popular: “Vi minha mãe rezando / aos pés da Virgem Maria / Era uma santa escutando / o que outra santa dizia”.

Já no século XX, o movimento feminista surge, na década de 60, questionando todas as “certezas” e os postulados teóricos que o discurso dominante trazia sobre a natureza e as práticas femininas. A concepção

psicanalítica da feminilidade, que concebia a mulher como alguém naturalmente dotada para o sofrimento e o sacrifício, passiva, masoquista, capaz de se anular, para segundar a vida toda o marido, distribuindo amor e devotamento aos filhos no lar, é contestada.

Pergunta-se o que faria, ainda que se considere como certa a teoria da inveja do pênis, com que a menina considerasse sua anatomia inferior à do homem, se não existe nenhum fundamento objetivo, concreto, biológico para justificar essa conclusão. A resposta é encontrada na forma como a sociedade se constitui: patriarcal, dando todos os direitos e todo o poder aos homens, e bem pouco ou quase nada às mulheres.

Freud (1996) e seus seguidores, ao tentarem explicar a constituição do feminino apenas a partir da existência ou não do falo, não levaram em conta os fatores educacionais e sócio-culturais. Tentando descrever a natureza feminina, acabaram se restringindo à reprodução daquelas mulheres que conheciam, considerando universal e necessário algo que era apenas adquirido, fruto de determinada sociedade, em determinada época. A partir daí desenvolveram suas teorias, como se o modelo cultural não exercesse nenhuma influência sobre o modo de ser de mães e mulheres.

Considerando tudo isto, as feministas buscaram mostrar que o ativismo, a independência e a ambição não eram atributos exclusivamente masculinos, e que havia muitos mais desejos femininos ocultos que aqueles que fugiam à opressão da cultura dominante e conseguiam ser por ela reconhecidos e legitimados. A maternidade nem sempre era a preocupação primeira e instintiva de toda mulher. Não necessariamente a mulher escolheria abandonar suas ambições pessoais pelo interesse em ter um filho.

As descobertas da medicina ajudaram a diminuir – quando não extinguir totalmente – as dores da menstruação e do parto. A ampla aceitação e procura que elas tiveram junto às mulheres ajudou na contestação do “masoquismo natural” feminino, e as mulheres passaram a demonstrar que a dor não as satisfazia, e até as repugnava, gritando em alto e bom som que não iriam mais suportar caladas o sofrimento, exigindo inclusive reparações quando eram usadas sexualmente pelos próprios maridos, brutais e violadores.

Invadindo o mercado de trabalho – e, aos poucos, sendo tão requisitadas por ele quanto os homens. -, as mulheres optaram, não mais apenas por

necessidade, mas também por simplesmente ser a sua vontade, pelo trabalho fora de casa, e reagiram contra a dupla jornada de trabalho, demonstrando o desejo de dividir as tarefas que desempenhavam junto aos filhos com os pais das crianças, compartilhando com seus companheiros o amor e os sacrifícios que deviam ser feitos por eles. Dissociaram gestação e criação, aceitando apenas a primeira como uma incumbência exclusivamente feminina.

As feministas vieram mostrar que a mulher é um sujeito desejante, ser dotado de aspirações próprias, que freqüentemente nada têm a ver com as do esposo ou do filho. Uma mulher normal pode inclusive não desejar ser mãe. E não há por que condená-la por isso. Apenas essa é uma vontade que se manifesta em umas mulheres, e não em outras. Livre das pressões sociais, uma mulher pode se realizar por outros meios, encontrar a felicidade fora da maternidade, ter um projeto de vida outro, que não seja o de se tornarem mães e, um dia, avós. A boa mãe é apenas uma realidade entre outras... Mesmo quando se tornam mães, o interesse e a dedicação à criança se manifestam ou não se manifestam. A ternura existe ou não existe. Bardot (1997), em sua biografia, declarou:

“Nunca na minha vida tive vontade de ser mãe... Grávida, meu filho parecia-me um tumor que se nutria de minha carne... Para mim, a maternidade foi uma punição dos céus.(...) Nicholas carrega nele uma ferida profunda. Nossas relações estão sempre marcadas por essa falta de cumplicidade, de cotidiano, de conhecimento do outro, que reforçam os laços de sangue. Assumo minha parcela de responsabilidade por este fracasso” (p. 72)

Hoje, mulheres também já conseguem admitir que, mesmo quando amam seus filhos, existem momentos em que se sentem sugadas, esgotadas e exauridas pela renúncia e solicitação contínua que eles representam, e que precisam ficar sozinhas, cuidar de si mesmas, buscar outra fonte de prazer, outros interesses. Essas mulheres já podem reconhecer que se sentem muitas vezes inseguras, não sendo aquelas todo-poderosas, armadas por um instinto natural que as faz saber exatamente como desempenhar as funções maternas.

A maternidade é mais difícil de viver do que em geral se crê. E hoje, mulheres já podem falar, escrever e discutir essas dificuldades, admitindo suas imperfeições, seus momentos de impaciência. Surge como algo natural essa ambivalência materna, que passa a ser legitimada e estudada por várias áreas do saber, e até mesmo pela psicanálise. Agora, reconhecer a existência de

sentimentos ambivalentes passou a ser sintoma de saúde, como bem coloca a psicanalista Leal (apud Rito, 1998) “A mãe saudável é a que consegue admitir, sem se desesperar, que está de saco cheio de ouvir o bebê chorar” (p.135)

Assim, resta claro que a voz da natureza ou do sangue, por si só, não é nem nunca foi bastante forte para gerar o devotamento materno e criar mães extremosas. A maternidade é uma experiência complexa, que gera sentimentos contraditórios, e o comportamento materno não é suficientemente unificado para que se possa falar de um instinto materno... “A amamentação no seio e os gritos do recém-nascido estão longe de provocar, em todas as mães, as mesmas atitudes.” (Badinter, 1985, p.16)

O amor materno não está profundamente inscrito na natureza feminina. Ele é apenas um sentimento humano, e, como tal, é incerto, frágil, e imperfeito. Pode existir ou não existir, ser duradouro ou desaparecer, mostrar-se forte ou frágil, exclusivo de um filho ou igualmente repartido entre todos.

Entre mãe e filho uma gama de outros sentimentos, além do amor, ou ao invés dele, podem existir: ódio, raiva, rancor, indiferença, desprezo, inveja, ciúme, ou até mais de um deles, em diferentes dosagens. Não há um determinismo natural, uma lei universal. Ele depende da História e da história de cada mulher, de suas frustrações, expectativas, desejos,... e não é, definitivamente, inerente a todas as mães. Se temos tanta dificuldade em aceitar isto, é provavelmente porque muito nos amedronta. “Talvez porque nos recusemos a questionar o amor absoluto de nossa própria mãe...” (Badinter, 1985, p.22)

Não é apenas o amor e o desejo que levam a mulher a cumprir seus “deveres maternos”. O senso de dever, originado por valores sociais, morais e religiosos pode ser um determinante tão poderoso quanto o carinho e a ternura da mãe. Em verdade, o comportamento materno se modificou à medida que a sociedade passou a valorizar a infância e a maternidade.

“Não teremos, com excessiva frequência, tendência a confundir determinismo social e imperativo biológico? (...) Os valores de uma sociedade são, por vezes, tão imperiosos, que têm um peso incalculável sobre os nossos desejos (...) Quando não é valorizado por uma sociedade, o amor materno não é mais, necessariamente, desejo feminino” (Badinter, 1985, p.16).

Quando o amor é o sentimento que marca a relação, ele é sempre algo adquirido, e não inato. Desenvolve-se ao longo dos dias que a mãe passa ao lado do filho, através dos cuidados que lhe dispensa. Muniz (1998) assim colocou:

“A relação de mãe e filho nasce do cotidiano, do envolvimento, e não da geração. Se um filho é acompanhado, protegido, seguido pela mãe durante todos os passos de sua vida, então esta relação se aprofunda. Se a mãe delega tudo a terceiros, então esta relação já não importa tanto.” (p.199)

Já em 1904, Gerard (*apud* Badinter, 1985) já colocava as coisas nos seguintes termos:

“Quando põe um ovo, a galinha não tem a pretensão de ser mãe por tão pouco. Botar um ovo não é nada... mas onde começa o mérito da galinha, é quando ela choca com consciência, privando-se de sua querida liberdade... numa palavra, é quando desempenha seus deveres de mãe que ela faz jus realmente a esse título” (p.189)

Assim, se a relação com a mãe é ainda reconhecida como uma questão primária para a estruturação da personalidade de uma pessoa, determinante para a posição do sujeito na vida e para as referências por ele adquiridas, torna-se cada vez mais notório que esta “mãe” não necessariamente é a mãe biológica, mas qualquer pessoa que a substitua no desempenho de suas funções, seja esta pessoa a avó, a tia, a madrasta, e até mesmo o pai.

Respeitando-se os limites e potencialidades herdados pela genética, mas descartada a existência de um sentimento materno universal, necessário e predeterminado, o vínculo biológico/consanguíneo muito pouca influência terá na determinação de quem serão os verdadeiros ocupantes do espaço psicoparental de uma criança e, conseqüentemente, na sua constituição enquanto sujeito. Por isso mesmo, a psicanálise moderna não fala mais especificamente em “mãe” ou “pai”, mas sim em “funções maternas” e “funções paternas”, não necessariamente desempenhadas pelos pais biológicos.

Cada vez mais se reconhece que, em nossa cultura, é a ligação sócio-afetiva que se tem com a criança que se mostra verdadeiramente importante na estruturação da personalidade e no desenvolvimento do sujeito, sendo por isso essa ligação a grande merecedora de toda a valorização.